

Novos muros numa Europa sem fronteiras

Escassos meses depois de celebrar o 25.º aniversário da queda do Muro de Berlim, um novo muro ameaça dividir dois países europeus. O Governo da Hungria anunciou em 17 de junho a construção de um muro de 175 quilómetros na fronteira com a Sérvia, com o objetivo declarado de travar a imigração ilegal. Segundo dados do Departamento de Imigração Húngaro, 57 000 pessoas – provenientes na sua maioria do Kosovo, Síria, Afeganistão e Iraque – entraram ilegalmente no país ao longo do ano, um número que contrasta com os 43 000 imigrantes registados no ano anterior, e mais com os 2000 de 2012.

Em décadas anteriores, a proliferação de muros divisórios entre países ou comunidades respondia mais a motivos políticos ou de choques entre comunidades. É o caso do desaparecido Muro de Berlim, erguido no verão de 1961, mas também da fronteira que divide a Coreia do Sul da Coreia do Norte desde 1953, dos quase cem muros levantados na cidade de Belfast que desde 1969 separam católicos e protestantes, das fortificações que isolam marroquinos de sarauis desde 1980, ou do muro que Israel começou a construir na Cisjordânia no ano de 2002.

Em contraste com estes casos, os muros construídos nos últimos anos procuram dar uma resposta contundente à questão dos refugiados estrangeiros (“Aceprensa”, “Lo que separan los muros”, 17.6.2009). Entre os precedentes encontramos o muro construído em 2002 pelo Governo espanhol na sua fronteira com Marrocos em Ceuta (8 quilómetros) e em Melilla (12 quilómetros). Esta barreira foi reforçada em 2005 com câmaras de vigilância, detetores de movimento e som e três metros adicionais de arame farpado, que somam uma altura total de 6 metros.

Em 2012, o Governo grego desenvolveu um muro metálico para travar a imigração proveniente da Turquia. Esta barreira encontra-se em Orestiada, uma cidade grega que, paradoxalmente, foi construída em 1922 com o objetivo de acolher os refugiados gregos vindos da Turquia. Noventa anos depois, a hospitalidade destas terras foi anulada por um muro de arame superior a 10 quilómetros.

O caso da Bulgária é mais recente. O Governo de Sófia decidiu levantar em 2013 um muro formado por espirais de arame farpado de 275 quilómetros de comprimento na sua fronteira com a Turquia. Em janeiro deste ano foi decidido prolongar este muro em 130 quilómetros com o objetivo de conter as ondas de refugiados sírios que fogem da guerra civil. “O muro não é um

símbolo positivo, mas é necessário para a segurança da Bulgária e da Turquia”, assegurava no mês de janeiro, Meglena Kouneva, vice-primeira ministra do Governo búlgaro.

Mais de 200 000 refugiados que penetraram as fronteiras terrestres e marítimas da Europa foram registados ao longo de 2014 (“The New York Times”, 5.4.2015). A pergunta é se os muros são uma solução razoável para o problema da imigração. No que se refere aos números, a Espanha registou a entrada de mais de 5500 imigrantes ilegais por Ceuta e Melilla em 2005. As novas medidas daquele ano fizeram com que o número fosse reduzido para 2000 no ano 2006. Não obstante, em 2014, registaram-se quase 7500 entradas por estas vias. Por outro lado, os muros da Grécia e da Bulgária parecem ter travado a onda. O Governo helénico tinha registado a entrada de 36 000 imigrantes ilegais por Orestiada em 2010 e de 100 000 em 2011. A construção da vedação significou uma descida de 95 % do trânsito de imigrantes ilegais por esta zona. No caso da Bulgária, os 11 000 imigrantes registados em 2013 foram reduzidos para 4000 em 2014.

À luz dos números, parece que, pelo menos a curto prazo, a solução de entaipar as fronteiras com o país vizinho é uma solução eficaz. Perante a onda de imigração, “os países da União Europeia procuram uma solução, (...) mas a Hungria não pode esperar mais”, explicou Péter Szijjártó, ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, a fim de justificar o levantamento da vedação perante a Sérvia. Todavia, a baixa da imigração provocada por estes muros é somente o reverso do que os especialistas designam por ‘Whac-a-Mole poli-cy’: mal uma rota é cortada, os contrabandistas de refugiados apalpm no terreno outras rotas para entrar na Europa. Em última análise, os muros apenas conseguem desviar os refugiados para outras rotas mais perigosas.

P.A.

Esses adultos que se batizam

A crença de que numa sociedade secularizada as pessoas já não se colocam a questão de Deus está bem firme. No entanto, num país com um clima cultural tão pouco favorável ao catolicismo como a França, todos os anos na Vigília Pascal, o batismo é recebido por um número significativo de pessoas adultas. Este ano foram 3790 adultos, mais outros 1011 adolescentes e jovens (entre 12 e 18 anos). O número tem vindo

a aumentar desde 2005, e nos últimos cinco anos a progressão foi de 30 %.

Os traços destes novos cristãos desmentem também alguns tópicos. Contra a ideia de que a religião está a ficar para os idosos, mais de metade dos adultos batizados tem entre 20 e 35 anos, aos quais há que juntar os adolescentes e jovens. Mesmo que se repita que a Igreja está a perder as mulheres por não admitir o sacerdócio feminino, a realidade é que, entre estes batizados, as mulheres (66 %) são o dobro dos homens (34 %). Por profissões, há um pouco de tudo: 17 % são estudantes, 15 % operários, 15 % técnicos, 18 % empregados, 8 % executivos ou de profissão liberal, 4 % donas de casa, 3 % professores, 8 % procuram emprego... O grupo que mais aumenta é o dos estudantes, que passou de 11 % em 2011, para 17 % no ano de 2005, apesar do ensino laico.

Quanto ao ambiente familiar onde foram criados, aqueles que dizem ter vivido num contexto familiar cristão são 47 %, embora não devessem ser tantos quando nem sequer foram batizados; pelo contrário, 43 % afirmam ter crescido num ambiente não religioso.

Muito menos se pode pensar que são decisões repentinas, visto que o acesso aos sacramentos da iniciação cristã exige um período de catecumenato de dois anos, que poderia desanimar quem fosse pouco motivado.

O itinerário de cada converso é sempre muito pessoal. Mas quando se pergunta a alguns, como fez “La Croix” (“Pourquoi j’ai demandé le baptême”, 3.4.2015), por que pediram o batismo, as respostas revelam onde está o verdadeiro atrativo da fé. “Ter uma relação pessoal com Cristo que cura e liberta”, diz um. “A descoberta da alegria da fraternidade entre cristãos, a relação simples e verdadeira entre pessoas em nome de Cristo”, afirma outro. De facto, as conversas com um sacerdote e o acompanhamento de alguns amigos durante o período de preparação foram uma grande ajuda em muitos casos.

Alguns têm a fé a brotar, e é a sua decisão de pertencer à Igreja o que permite desenvolvê-la: “Antes sentia que tinha fé, mas, ao ficar no meu canto, a chama era muito pequena. Ao fazer parte da Igreja, cresci”. Essa fé é vivida na Igreja o que, segundo outro, permite “sentir a alegria de ser cristão e de fazer parte de uma família”.

Os caminhos são muito variados, mas chama a atenção o pouco que têm a ver com a imagem da fé e da Igreja que muitas vezes a informação jornalística transmite.

A Igreja não é encarada como uma comunidade atravessada por divisões e polémicas, mas como uma família acolhedora. As grandes mudanças que alguns setores esperam que a Igreja faça para se modernizar não são mencionadas pelos que decidiram dar o passo em frente para entrar. Pelo contrário, têm a confiança de haver encontrado a meta de uma busca espiritual para a qual a sociedade secularizada não oferece respostas.

Um trabalho infantil recomendável

A atual geração de crianças norte-americanas colabora menos nas tarefas domésticas que a geração dos seus pais, em primeiro lugar, porque a poucos é pedido que realizem tais tarefas. Segundo uma sondagem que a Braun Research realizou no outono passado entre 1001 adultos, 82 % diziam ter realizado em criança trabalhos domésticos, mas só 28 % pediam agora o mesmo aos filhos.

Alguns pais levados talvez pela saudável intenção de que os filhos “tenham tudo quanto eu não tive”, ou de que desenvolvam as suas capacidades, inscrevem-nos em inúmeras atividades extracurriculares. Nisto se deixam ver alguns traços típicos das modernas sociedades ocidentais, como estender à infância a ânsia de “fazer currículo”: parece que, se uma criança não aprende chinês, artes marciais ou a tocar um instrumento ao mesmo tempo que estuda, está a perder tempo. Às vezes, por detrás dessa pretensão, há um desejo desordenado dos pais de satisfazer nos filhos as suas ambições frustradas.

Assim, enquanto em países pobres se luta por erradicar o trabalho infantil, noutros países do primeiro mundo as crianças aguentam um “horário laboral” de dez horas. Quando chegam a casa, muitas já só querem descansar. Os pais, por seu lado, pretendem compensá-las do pouco tempo que o seu horário de trabalho lhes deixa para a vida de família com todo o tipo de atividades. O resultado é que tanto as crianças como os pais mais velhos acabam stressados e com a sensação de não poder chegar a tudo. É o que vem explicado em [“Fast-Forward Family: Home, Work and Relationships in Middle-Class America”](#) (University of California Press, 2013). O livro apresenta um resumo das conclusões de um estudo em que 32 famílias com filhos foram seguidas durante três anos; tanto o pai como a mãe tinham um emprego.

Nessas famílias “em câmara rápida”, parece impossível que as crianças tenham tempo para tarefas familiares – desde cortar a relva a deitar fora o lixo: têm sempre alguma coisa mais importante para fazer. O tempo gasto nestes encargos pode, no entanto, ser um dos mais rentáveis para a sua formação. Segundo Marty Rossman, professor emérito da Universidade do Minnesota e autor de um estudo longitudinal sobre a importância das tarefas domésticas, um dos fatores-chave para prever se uma criança vai triunfar na vida – no campo laboral e como pessoa – é ter ou não encargos em casa quando era pequena.

A investigação de Rossman conclui que, por meio das tarefas domésticas, as crianças adquirem competência, responsabilidade e autoconfiança. No entanto, muito embora todas estas qualidades sejam muito desejáveis, falta ainda sublinhar o principal: é que elas constituem um serviço aos outros, coisa que é própria da família. Não se trata de levar as crianças a desenvolverem uma capacidade pessoal, mas sim, de ajudarem os outros.

Uma reportagem do [“The New York Times”](#) inclui os conselhos da psicóloga Madeline Levine no seu livro “Teach Your Children Well”, no qual explica que, se perante a alternativa de fazer os deveres ou ajudar em casa os pais acabam sempre por

dispensar os filhos da segunda hipótese, estão a passar--lhes uma mensagem muito clara: a sua formação pessoal é mais importante que o serviço aos outros. É por isso importante que os filhos, para além das tarefas que lhes são próprias (ter sempre o quarto arrumado), realizem outras atividades mais claramente altruístas.

Um outro obstáculo à transmissão desse espírito de serviço é a profissionalização dos encargos familiares; isto é, convertê-los num trabalho que o filho realiza em troca de uma recompensa económica. Numa discussão no [“The Wall Street Journal”](#) sobre os prós e os contras de ligar a mesada semanal ao desempenho de determinadas tarefas domésticas, Jon Gallo – fundador de uma empresa de assessoria a famílias – explica que são coisas com funções diferentes, devendo portanto funcionar em separado: a semana serve para ensinar aos poucos as crianças a usar o dinheiro de modo responsável, a saber poupar, a não o gastar em caprichos; ajudar em casa, serve sobretudo para desenvolver o espírito de família, coisa que não é bom medir em euros.

Segundo Gallo, às vezes será bom dar um prémio a um filho por um trabalho extra, mas se o dinheiro é recompensa ou castigo para tudo, pode-se estar a formar as crianças na noção de que o económico domina todas as facetas da vida.

Ao argumento de que atribuir um “salário” pelos trabalhos domésticos é bom porque ensina aos mais novos a equação trabalho=dinheiro, pode-se responder que para eles é mais importante aprender primeiro o espírito de serviço desinteressado próprio da vida de família. Terão depois tempo para o resto.

Um conselho típico para se conseguir que os filhos ajudem em casa, é apresentar as tarefas de forma divertida, como um jogo ou um desafio. Se bem que isto possa servir quando a criança é muito pequena ou pontualmente quando for mais velha, a própria natureza das tarefas domésticas – repartir o trabalho em família – requer que a perspetiva lúdica vá pouco a pouco dando lugar ao sentido do dever. Afinal de contas, um jogo larga-se quando se quer.

As tarefas domésticas, ao reivindicarem uma função de serviço gratuito e de sentido do dever, constituem uma boa escola para aprender a generosidade.

F. R.-B

(com autorização de

www.aceprensa.pt)

“La imparable conquista china”

Autores: Heriberto Araújo, Juan Pablo Cardenal

Crítica. Barcelona (2015).

321 págs.

Os autores deste livro são dois jornalistas que, em 2011, publicaram “La silenciosa conquista china”, sobre a extensão da influência económica do gigante asiático pela Ásia, África e América Latina. Esta nova obra, que também combina entrevistas e investigações sobre o terreno, tem como cenário o mundo desenvolvido, nomeadamente Europa, EUA e Canadá, onde têm crescido os investimentos chineses.

A ávida busca de recursos naturais e o desembarque de empresas chinesas, na sua maior parte controladas pelo Estado, e que compram ativos de destacados setores económicos ocidentais, justificam amplamente o título do livro. Chegou-se assim a uma situação na qual, segundo Cardenal e Araújo, os responsáveis são os políticos ocidentais, independentemente da sua ideologia, devido à sua atitude pragmática para com uma China da qual apenas esperam negócios e investimentos, sobretudo em tempos de crise.

Através destas páginas podemos viajar à Gronelândia, favorecida pela mudança climática para explorar os seus recursos petrolíferos, assim como Canadá, Chipre, Grã-Bretanha ou EUA, onde os chineses se lançam em investimentos no setor da energia e em infraestruturas. Mas esta expansão económica está submetida a uma condição inegociável: não se podem fazer críticas ao regime comunista nem apoiar os seus dissidentes e, evidentemente, muito menos receber o Dalai Lama. A diplomacia deve ocupar-se apenas dos assuntos estritamente económicos, porque, caso contrário, Pequim ameaça fechar a torneira do comércio e dos investimentos.

A este respeito, os autores denunciam o misto de resignação e ingenuidade que caracteriza a política externa ocidental em relação à China, sobretudo a da UE, cujo poder residiria na crença de ser o primeiro bloco comercial do planeta. Expõem que a política externa europeia abandonou a defesa da democracia e dos direitos humanos, e certificam, com abundantes exemplos, que a China não se vai adaptar ao mundo, mas sim que é a comunidade internacional que se está a adaptar à China.

As críticas do livro ao regime chinês não se ficam somente na chantagem económica, pois estendem-se também – apesar de todas as campanhas oficiais – à corrupção dos seus líderes, vinculada ao branqueamento de dinheiro em paraísos fiscais ou nos casinos de Macau. Não falta a descrição da ameaça da ciber espionagem chinesa, uma atividade que encontrou no escândalo Snowden a desculpa perfeita para Pequim criticar a falta de escrúpulos de Washington em vigiar os seus próprios cidadãos ou governos aliados.

Interessante também o capítulo dedicado às relações entre a China e a Santa Sé, cujo futuro é visto com pessimismo, apesar

dos gestos de abertura do Papa Francisco. A dificuldade de avançar neste âmbito reside, sem dúvida, na pretensão do Estado em não deixar nada de fora do seu controlo, incluindo a liberdade religiosa. Tão-pouco é estranho num país onde o partido, o governo, a administração e as empresas estatais estão em idênticas mãos.

A.R. R.

LA IMPARABLE CONQUISTA CHINA

UN VIAJE POR OCCIDENTE PARA ENTENDER CÓMO CHINA
ESTÁ DESAFIANDO EL ORDEN MUNDIAL

JUAN PABLO CARDENAL Y HERIBERTO ARAÚJO

